

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 12

Número 2

Agosto/Setembro de 2018



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

ISSN 1981-1659



O que se escreve no Brasil sobre Segurança Pública? Uma revisão da literatura recente

José Maria Pereira da Nóbrega Júnior

Professor associado da Universidade Federal de Campina Grande. Campus de Sumé, PB. Unidade Acadêmica de Gestão Pública (UAGESP). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFCG. Campus sede. Mestre e doutor em Ciência Política pela UFPE. Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU).

Data de recebimento: 06/06/2018

Data de aprovação: 12/11/2018

DOI: 10.31060/rbsp.2018.v12.n2.945

Resumo

Nas Ciências Sociais muito tem se discutido e produzido sobre criminalidade, violência e segurança pública. Contudo, outras áreas das Ciências Humanas têm se debruçado sobre a temática da 'Segurança Pública' e isso pode ser visto na produção intelectual dos pesquisadores em suas publicações nos periódicos qualificados pela Capes. Este paper tem como objetivo mostrar o que vem sendo produzido pelos pesquisadores nas mais diversas áreas das Ciências Humanas a respeito desse tema. A metodologia da pesquisa é bibliográfica e quantitativa com o uso da plataforma scielo.com para resgate da literatura que trabalha com o tema 'Segurança Pública'. Os resultados demonstram quais as principais linhas de análise, as áreas de atuação dos pesquisadores, as conclusões as quais esses pesquisadores chegaram com seus métodos de análise, bem como os periódicos qualis A e B publicados entre 2005 e 2016.

Palavras -Chave

Revisão; Segurança Pública; Criminalidade; Metodologia; Ciência.

Abstract

What is written in Brazil about Public Security? A review of recent literature

In the Social Sciences much has been discussed and produced about crime, violence and public safety. However, other areas of the Human Sciences have focused on the theme of 'Public Security' and this can be seen in the intellectual production of the researchers in their publications in the journals qualified by Capes. This paper aims to show what has been produced by researchers in the most diverse areas of the Human Sciences on this subject. The methodology of the research is bibliographical and quantitative with the use of the platform scielo.com to rescue the literature that works with the theme 'Public Safety'. The results demonstrate the main lines of analysis, the research areas of the researchers, the conclusions reached by these researchers with their methods of analysis, as well as the quality journals A and B published between 2005 and 2016.

Keywords

Review; Public Safety; Crime; Methodology; Science.

INTRODUÇÃO

Não é novidade a produção de trabalhos que tenha como objetivo revisar literaturas sobre estudos do crime e da violência. Adorno (1993), foi precursor desse tipo de desenho de pesquisa; além de Kant de Lima et al (2000) e Ribeiro e Teixeira (2018); estes que fizeram sofisticado estudo de busca em mais de 540 trabalhos publicados na scielo.library por um longo período (2000 a 2017).

Mesmo assim, é imperativa a busca por avaliação de desenhos de pesquisa para o futuro dos estudos sobre temáticas que abordem a segurança pública como tema central. Esta revisão, em específico, trata do tema “segurança pública” sem levar em consideração palavras chave que, geralmente, estão relacionadas a essa área de políticas públicas. O objetivo central é descobrir qual(is) área(s) se dedica(m) ao estudo da segurança pública como uma *policy* (FREY, 2000) e se há uma expertise técnica mais voltada para a política pública em segurança, do ponto de vista empírico e das tomadas de decisão de seus *polymakers*.

Analisamos as publicações da Scielo Library entre os anos de 2005 e 2016, em língua portuguesa, que tiveram como tema central a segurança pública. O método de catalogação levou em conta o assunto “segurança pública”, na pesquisa em língua portuguesa, no que foi elencado publicações em periódicos indexados nessa importante fonte de informação eletrônica¹. A Scielo Library é uma das principais fontes de pesquisa de cientistas das mais diversas áreas. Além de levantar os dados técnicos, objetivamos a classificação das publicações por área, por linha de pesquisa e a metodologia utilizada pelos autores – o que será explicado mais detalhadamente na seção sobre a metodologia.

O presente artigo tem o seguinte desenho de pesquisa: além desta introdução, uma primeira seção sobre algumas importantes revisões já efetuadas que, de alguma forma, tocaram no assunto “segurança pública”; uma seção metodológica a respeito dos procedimentos técnicos utilizados; uma seção desenvolvendo a literatura dos artigos elencados para a análise; outra seção

¹ Base de dados ‘articles’, pesquisa ‘assunto’ segurança pública. Foram levantados 40 artigos, dos quais foram extraídos 33 com publicações a partir do ano 2005, descartando, portanto, publicações anteriores a este período.

mostrando as tendências metodológicas e as áreas das ciências humanas envolvidas nas discussões; e a conclusão.

Outras revisões sobre a temática da violência, da criminalidade e da segurança pública

Como dito acima, Adorno (1993) foi o pioneiro na interpretação da produção científica sobre a temática da violência e seus temas correlatos. Conforme Ratton (2018), “o autor buscou dar inteligibilidade à produção científica sobre a criminalidade urbana no Brasil desde os anos 1970”. A interpretação era estritamente normativa e centrada numa linha jurídico-sociológica com pouca utilização de métodos mais avançados de análise, sobretudo ao uso de estatística como mecanismo de mensuração e avaliação.

Aliás, segundo Soares (2005) e Ribeiro e Teixeira (2018), o calcanhar de Aquiles das ciências sociais brasileiras seria, justamente, a lacuna metodológica quantitativa, sobretudo dos primeiros trabalhos; mesmo depois das revisões efetuadas por Adorno (1993), Kant de Lima et al (2000) e Neiva (2015) – com destaque a lacuna de estudos quantitativos -, a resistência à estatística e o império da etnografia como método, que, inclusive, destinou boa parte da produção a estudos localizados, os chamados estudos de caso.

Ratton (2017, p.6), em importante revisão teórica, afirmou:

No final da primeira década do século XXI, é publicada pela Anpocs a coleção Horizontes das ciências sociais no Brasil. No livro relativo à área de sociologia, o capítulo escrito por Barreira e Adorno (2010) atualiza, para a primeira década

dos anos 2000, a análise do debate acerca da violência na sociedade brasileira no âmbito das ciências sociais. Além de dialogar diretamente com as revisões bibliográficas anteriores aqui mencionadas, Barreira e Adorno apontam o surgimento de novas tendências de pesquisa: as relações entre as novas configurações urbanas, os mercados informais ilegais, os mercados de drogas e as organizações criminosas; o surgimento de novas formas de delinquência urbana, as relações entre redes de negócios ilícitos, poder público e mercado, a expansão e diversificação dos estudos sobre homicídios, a permanência de distintas formas organizacionais no âmbito da criminalidade de rua (quadrilhas, gangues, grupos de extermínio); as formas emergentes de intervenção estatal e seu impacto nas políticas de segurança, as possibilidades e limites das reformas das instituições policiais, a participação da sociedade civil nas políticas públicas de segurança, as novas formas de administração institucional dos conflitos, os novos padrões de punição, o encarceramento em massa e suas freqüências.

Pelo o exposto, percebe-se a dinâmica dos estudos direcionada para várias preocupações em temáticas correlatas com a segurança pública. Ratton (2018), Ribeiro e Teixeira (2018), Barreira e Adorno (2010), vão revelar a diversidade de estudos com área muito concentrada na sociologia. Os sociólogos estão na vanguarda dos estudos e, até hoje, dominam o debate e as publicações em periódicos científicos, como veremos nos resultados aqui encontrados.

A diversidade metodológica é expressiva. O estudo que demonstra maior avanço nessa seara investigativa é, sem dúvida, o trabalho de Ludmila Ribeiro e Alex N. Teixeira, na publicação de nº 84 da BIB –

revista de revisão bibliográfica da ANPOCS. Os autores fizeram um amplo levantamento – ao todo foram 546 trabalhos analisados – com método refinado de análise e chegaram a conclusões importantes sobre os estudos da área:

Do ponto de vista metodológico, podemos constatar que a entrevista é a técnica de pesquisa mais mobilizada, sendo aplicada em estudos qualitativos ou quantitativos (quando as respostas estruturadas são transformadas em frequências), mas a etnografia tem ocupado um espaço cada vez maior.

(...)
Seguindo o argumento apresentado por Neiva (2015), abordamos o tamanho proporcional da classe dos trabalhos que contam com algum tipo de análise quantitativa – isolada ou concomitante, como ocorre no caso dos desenhos mistos. No artigo por ele publicado em 2015, os estudos com algum tipo de inspeção estatística somavam 26,7%, considerando todas as revistas A1, A2 e B1 das ciências sociais. A sociologia do crime, violência e dinâmica criminal conta com 29% produções com essa característica entre as revistas A1 e A2, publicações essas que estão concentradas em algumas universidades e, muitas vezes, são viabilizadas por intermédio da coautoria. Logo, temos a mesma fraqueza da grande área na realização de estudos que sejam mais generalistas e trabalhem com dados estruturados. (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2018, p. 41)

A diferença cabal deste nosso estudo em específico, em relação aos anteriores está no seu objetivo central. Além de elen-

car quais os periódicos foram publicados os artigos e quais as metodologias utilizadas, este artigo busca avaliar qualitativamente cada paper do estudo, demonstrando sua dinâmica de análise, métodos utilizados, possíveis gargalos e preocupações; também busca avaliar o impacto da temática em áreas fora das ciências sociais tradicionais².

Metodologia

Foram catalogados, para a presente análise, 33 artigos que foram publicados em 23 periódicos nacionais. Dessas 33 publicações, 8 foram classificadas em Qualis A1 (35% das publicações); 5 com Qualis A2 (26,2% das publicações); 7 com Qualis B1 (30% das publicações); e 2 com Qualis B2 (9,5% das publicações). A maior parte das publicações se concentrou nas regiões Sudeste, Sul e no Distrito Federal, com destaque ao Estado de São Paulo, que teve 26% das publicações (cf. gráfico 01).

São Paulo domina as publicações sobre segurança pública nos periódicos. Distrito Federal, com vários periódicos ligados a Universidade de Brasília, fica em segundo lugar, seguido por Santa Catarina e aberta/internacional; a surpresa foi o Rio de Janeiro que, apesar de muitos pesquisadores publicando, teve apenas duas revistas indexadas no período.

Abaixo, descrevo os detalhes dos periódicos, suas respectivas instituições as quais estão vinculados e a classificação do qualis pela Capes³ (tabela 01).

Pelo que vimos no quadro ilustrativo dos periódicos, há uma variedade incrível

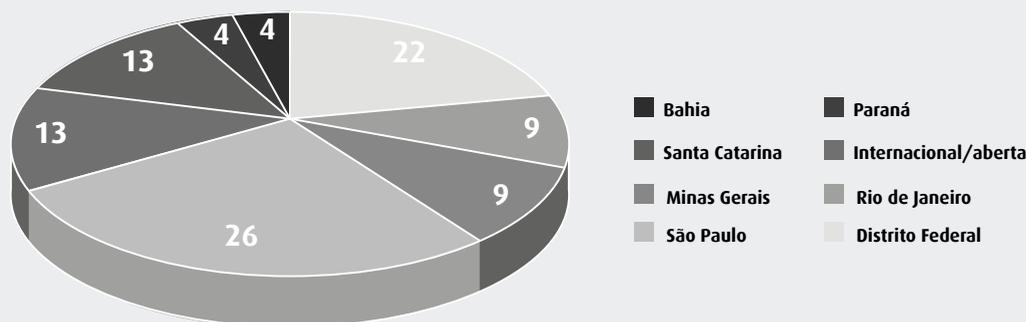
² *Sociologia, antropologia e ciência política.*

³ *Utilizou-se como referência no qualis a área específica do periódico em questão.*

de áreas a abordarem o tema da segurança pública, esta que é uma área de políticas públicas dos estados e dos seus governos. As áreas: Ciência Política, Ciência Policial, Sociologia, Antropologia, Administração e Administração Pública, Economia, Di-

reito, Psicologia, Relações Internacionais, Criminologia, Ciência da Informação, Geografia do Crime, Direitos Humanos, Filosofia e interdisciplinar. Há grande diversidade metodológica e epistemológica entre os periódicos. Contudo, há ausência

Gráfico 1 - Áreas geográficas dos periódicos/publicações



Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 1 - Nome dos periódicos selecionados, a instituição a qual a publicação está vinculada, a qualificação pela Capes e o número de artigos publicados.

Nome do Periódico	Instituição vinculada	Qualis	N. Pub.
Revista Sociedade e Estado	Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília	A1	4
Revista Brasileira de Política Internacional	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, DF.	A2	1
Revista de Sociologia e Política	Universidade Federal do Paraná	B1	3
Revista Sequência	Pós-Graduação de Direito da UFSC	A1	1
Novos Estudos	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP	A2	2
Ciência da informação	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - IBICT (DF)	B1	1
Sociedade e Natureza	Universidade Federal de Uberlândia (MG)	A2	1
Revista Psicologia, Ciência e Profissão	Conselho Federal de Psicologia (DF)	A1	1
Caderno CRH, Salvador	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia	A1	1
Revista Brasileira de Ciência Política	Universidade de Brasília, Inst. de Ciência Política	B1	1

Estudos Econômicos	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP	B1	1
Revista de Direito da GV	Fundação Getúlio Vargas - SP	A1	1
Nova Economia	Revista do Depto. de Ciências Econômicas da UFMG	B2	2
Contexto Internacional	PUC - RJ, Relações Internacionais	B1	1
TransInformação, Campinas	PUC - Campinas	A1	1
Economia Aplicada	Publicação de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, USP	B1	1
Tempo Social	Sociologia, USP	A1	1
Revista de Administração Pública	Fundação Getúlio Vargas RJ e SP	A2	3
Fractal Revista de Sociologia	Universidade Federal Fluminense- Depto. de Psicologia (RJ)	B1	1
Revista Katálysis	Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina	A1	2
SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos	Rede Universitária de Direitos Humanos	A2	1
Estudos Feministas	Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da UFSC	B2	1
Psicologia e Sociedade	Associação Brasileira de Psicologia Social	A2	1

Fonte: elaborado pelo autor conforme levantamento no scielo.com no tema "segurança pública" (2005/2016)

de artigos com ênfase nos *policy makers* e análises de políticas públicas. O destaque, como veremos na última seção deste *paper*, é a Sociologia que concentra quase 1/3 das publicações.

Esta pesquisa será desenvolvida com o método de revisão bibliográfica somada a uma distribuição de frequência dos dados referentes às publicações. Nosso intuito, além de visitar cada obra selecionada conforme o nosso método de escolha, fazendo interpretações do que foi lido, foi buscar entender os mecanismos metodológicos das análises elaboradas para, em seção específica, classificar as publicações conforme suas áreas, suas metodologias de análises, fazendo um diagnóstico quantita-

tivo dessas frequências.

Segurança pública: uma temática multiexplicativa

Depois de elencado os artigos pelo assunto 'segurança pública', e destacados os periódicos na seção anterior, nesta seção serão descritos os trabalhos em seus aspectos teóricos, epistemológicos e metodológicos. A intenção é verificar quais as tendências teóricas e empíricas desses trabalhos. Em seção posterior, serão classificados os artigos pelas concentrações de áreas e de desenhos de pesquisa, de forma estatística.

Lima, Sinhoretto e Bueno (2015), ela-

boraram um estudo sobre a gestão da violência e da segurança pública no Brasil contemporâneo. Relacionaram a insegurança pública e o crescente da criminalidade à má qualidade da democracia brasileira. A análise é uma típica avaliação sociológica da criminalidade, com o uso de estatística descritiva para o embasamento dos argumentos sociológicos. Para os autores, as falhas na gestão de administração de conflitos contra a vida maculam a qualidade da democracia brasileira, que não avança, prejudicando a sua consolidação.

Os referidos autores, demonstraram o estado falimentar do sistema penitenciário brasileiro que, segundo eles, prende muito, mas prende mal. A maioria dos encarcerados cometeu crimes de baixo potencial ofensivo, quando a maior parte dos que praticaram crimes contra a vida, sobretudo os homicídios, ficaram impunes. “Prende-se muito menos para fazer a gestão da violência do que para regular a circulação indevida de riquezas” (LIMA et al, 2015, p.136).

Para Lima et al (2015), o maior problema da segurança pública é a falta de gestão na administração de conflitos. O Estado prioriza os conflitos de gênese patrimonial, deixando os crimes contra à vida em segundo plano. “A análise progressiva do campo estatal de administração de conflitos aponta a ausência de relevância institucional em exercer a gestão da violência contra a vida” (IDEM, 2015, p.137).

Las Casas (2015), destaca os problemas gerados com as aberturas econômicas, impactados no provento de bens públicos

regionais no contexto latino-americano. É um trabalho de Ciência Política e Relações Internacionais com o foco nos blocos regionais do Mercosul e da CAN⁴.

A autora utilizou como principal referencial teórico o trabalho seminal de Mancur Olson (1965), para embasar a sua análise de tipo neo-institucional histórico. O artigo se concentrou na agenda da segurança pública, especificamente no combate à produção e comercialização de drogas (LAS CASAS, 2015, p.24).

O objetivo principal de Las Casas foi mostrar os acordos formais entre as duas organizações citadas, e como elas tomaram decisões em torno do confronto às drogas na América Latina. O papel de protagonista nas ações foi do Mercosul, e o país mais empreendedor, o Brasil (IDEM, 2015).

A autora conclui que ainda há uma grande lacuna em termos de ações mais enfáticas dos dois blocos regionais no confronto às drogas, que melhorias no desenho institucional desses blocos, com a ajuda de atores políticos internacionais de relevância, urgem para uma maior eficácia no controle das fronteiras dos principais países produtores de drogas.

Nóbrega Jr. (2010), desenvolveu uma típica análise teórica da ciência política, da área de Estado e Governo, com o uso da teoria política contemporânea da democracia. O argumento central do autor foi da ingerência militar na segurança pública, área que, para o autor, deveria estar nas mãos de civis.

⁴ Comunidade Andina de Nações.

Nóbrega Jr. parte de uma definição minimalista, mas não submínima, da democracia para comparar os fatos históricos recentes da democracia brasileira sobre suas relações civil-militares (MAINWARING et al, 2001; NÓBREGA JR., 2010). Com base no trabalho seminal de Scott Mainwaring e seus colaboradores, ao classificarem os regimes políticos na América Latina (2001), define democracia como um regime político que: 1. Promove eleições livres, limpas, pluripartidárias e periódicas para o Executivo e o Legislativo; 2. Garante direitos políticos e civis para a ampla maioria da população; 3. Garante sufrágio universal; 4. Controla os militares. Daí o militarismo ser uma contradição ao aspecto democrático da sua definição de democracia.

A análise neo-institucional histórica leva em conta a manutenção de prerrogativas militares: na Constituição Federal de 1988, no Ministério da Defesa e na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Nóbrega Jr. (2010), comprova, com farta densidade teórica e factual, os entulhos autoritários mantidos na segurança pública no âmbito da Constituição Federal de 1988 e no direcionamento dos atores políticos dentro do Ministério da Defesa e na ABIN.

Andrade (2013) elaborou um estudo tendo como base teórica a criminologia crítica. Para a autora, só há uma forma de garantir segurança pública: a superação de seu paradigma repressor positivista, pelo paradigma da segurança pública cidadã, respeitadora dos direitos humanos. Para Andrade, o crime é estereotipado e a criminalização de jovens e negros é a regra do atual modelo de segurança pública adota-

do no Brasil.

Andrade afirma que as políticas sociais são mais importantes do que o investimento em policiamento, e numa segurança voltada para a repressão de crimes contra o patrimônio. Contudo, não faz nenhuma referência empírica aos seus argumentos, com parco poder de argumentação. Defende a descriminalização das drogas e o desencarceramento sem, ao menos, trazer um estudo comparativo que comprove a eficiência dessas ações do estado.

O estudo de Andrade caracteriza-se por uma análise teórica do crime e da segurança pública tendo como base a teoria da criminologia crítica marxista. Vincula o conceito de luta de classes ao paradigma repressor de segurança pública. Na visão da autora, os procedimentos legais da execução penal e o positivismo repressor da segurança pública voltada para o combate à criminalidade seriam ações equivocadas de um estado repressor desde a sua origem.

Para a superação da alta taxa de criminalidade e do alto índice de encarceramento, políticas como descriminalização das drogas e desencarceramento de indivíduos que praticaram crimes de menor potencial ofensivo, deveriam ser levados em conta pela gestão da segurança pública (ANDRADE, 2015).

Zaluar e Ribeiro (2009), analisaram a alta criminalidade nos subúrbios cariocas tendo como base teórica do estudo as teorias da eficácia coletiva e do capital social. As literaturas internacionais do capital social e da teoria da eficácia coletiva foram abordadas, de forma vasta e robusta, no estudo das duas autoras. A hipótese lan-

çada, com essa base teórica, é que comunidades com maior capital social, ou seja, onde existe maior confiança, maior reciprocidade entre os seus membros, maior sociabilidade entre vizinhos e, por sua vez, maior solidariedade, teriam taxas de criminalidade mais baixas e escolas mais eficientes (ZALUAR e RIBEIRO, 2009, p.179).

A teoria da eficácia coletiva assemelha-se, em muito, com a teoria da desorganização social elaborada por Sutherland (1939), da Escola de Chicago. Tanto é assim, que a referida teoria é definida como a capacidade diferencial que as vizinhanças demonstram em realizar os valores comuns dos moradores e em manter controles sociais efetivos sobre as pessoas em seus processos de socialização, quando há desorganização desses controles, o resultado é a violência (IDEM, 2009, p.180).

A tese defendida pelas teorias em conjunto, é que a desarticulação das organizações sociais da vizinhança tem mais impacto sobre a violência do que a ordem privada, já que a vigilância dos membros da comunidade ultrapassa os limites impostos sobre as atividades policiais (IBIDEM, 2009, p.184).

O objetivo central das duas autoras foi testar a teoria nas comunidades cariocas, já que as teorias em tela afirmam explicar a maior ou menor criminalidade pelos seus indicadores de capital social e eficácia coletiva, baseadas estas na maior sociabilidade e na confiança entre vizinhos (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p.185).

Utilizando método qualitativo de aplicação de questionários e técnicas de etnografia, as duas autoras chegaram à

conclusão que há um paradoxo no caso específico das comunidades pobres do Rio de Janeiro. Apesar de existirem altos níveis de capital social e de eficácia coletiva, ampla sociabilidade entre vizinhos e mecanismos de fiscalização e controle de jovens, a presença de milícias, tráfico de drogas intenso e conflitos armados (armas de grosso calibre), são fatores que fazem a criminalidade ser bastante elevada, mesmo onde há muito boa convivência entre vizinhos (ZALUAR; RIBEIRO, 2015).

Berlatto (2011) fez uma análise de discurso do então secretário de segurança pública do Paraná. Baseada em arcabouço teórico que reporta a Bourdieu (1994), procurou encontrar a verdadeira simbologia por trás da fala do chefe da pasta e como isso estaria refletido na segurança pública.

O artigo buscou entender a retórica intrínseca ao discurso do secretário e a realidade prática da atuação policial nas comunidades mais pobres. Apesar de a retórica pregar a defesa dos princípios dos direitos humanos, a prática policial é vista como truculenta e perversa pelos cidadãos/eleitores.

A autora soma a análise de discurso ao mecanismo de entrevistas para avaliar a percepção do cidadão/eleitor da periferia de Curitiba, e conclui:

A prática discursiva da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, diferentemente do que se poderia concluir de antemão, não está separada de sua prática repressiva, ainda que aquela mobilize politicamente a retórica cortês e correta dos “direitos humanos”. (BERLATTO, 2011, p.125)

Para ela, o discurso do governo paranaense tenta compatibilizar, em sua narrativa – mas, não em sua prática – o respeito aos direitos humanos e as demandas por maior eficiência policial. O que, na sua interpretação, não consegue acomodar as duas coisas.

Azevedo, Riccio e Ruediger (2011) enveredaram por uma análise na qual as estatísticas como ferramenta de interpretação da realidade passa a ser instrumento fundamental para o profissionalismo da atividade policial. Seu estudo é uma revisão bibliográfica sobre policiamento comunitário e preventivo, com o uso de estatística para a ação policial na prevenção e repressão ao crime e à criminalidade (GOLDSTEIN, 1979; WILSON; KELLING, 1982).

O artigo desses autores buscou promover uma reflexão sobre o uso das estatísticas criminais pelos profissionais da segurança pública como fonte de informação, planejamento e avaliação das ações na gestão pública da pasta. A utilização da informação no planejamento da atividade policial é questão de fundamental importância, pois está atrelada a mudanças de comportamento e de atuação da polícia, já que baseada em inteligência (AZEVEDO et al, 2011, p.10).

Para Azevedo et al (2011), a articulação entre informação e inteligência seria ponto nevrálgico para o bem-sucedido implemento da política pública de segurança. Na qual, além da introdução de instrumentos metodológicos de inteligência avançada, com o uso de softwares sofisticados

e análise de dados, o gerenciamento de pessoas seria outro fator decisivo, já que há, em algumas experiências relatadas pela literatura, problemas de convivência entre policiais de rua (patrulheiros) e aqueles que trabalham diretamente com a estatística criminal e na produção de boletins que serão utilizados para a formatação das metas a serem seguidas por aqueles.

Batella e Diniz (2010) empreenderam um interessante estudo sobre a geografia espacial do crime em Minas Gerais. O trabalho explorou a distribuição espacial dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, analisando os condicionantes desta criminalidade, utilizando técnicas estatísticas multivariadas.

Baseados numa pequena literatura, os autores elencaram uma série de variáveis independentes para o teste daquelas condicionalidades. Outrossim, efetuaram georreferenciamentos que traçaram a distribuição espacial dos crimes em Minas Gerais. Confirmando o arcabouço teórico do seu trabalho, os autores concluíram que os crimes contra a vida têm uma tendência a ser mais perpetrados em áreas economicamente deprimidas, enquanto os crimes contra o patrimônio são mais recorrentes em regiões mais ricas, onde os espaços de oportunidades são mais atrativos para os criminosos (BATELLA; DINIZ, 2010, p.161).

Faiad et al (2012) empreenderam interessante análise no campo da psicologia das profissões, para entender o que a literatura contemporânea aborda sobre o estudo da profissiografia⁵ e do mapeamen-

⁵ Estudos das profissões no campo da psicologia das profissões.

to de competências, o que tais referenciais teóricos vêm produzindo a respeito das organizações de segurança pública.

Para os autores, as empresas públicas e privadas precisam reconhecer a importância dos profissionais para o efetivo desenvolvimento organizacional da empresa. Na área da segurança pública, tem sido cada vez mais necessária a avaliação psicológica dos seus profissionais para a efetiva execução de suas tarefas (FAIAD et al, 2012, p.390).

Há grande lacuna dos estudos de comportamento organizacional em torno das atividades policiais. As análises psicológicas da atividade policial são extremamente complexas, daí os autores sugerirem aquelas duas ferramentas nas organizações policiais.

O trabalho objetivou discutir questões de natureza metodológica e suas implicações práticas decorrentes da aplicação das ferramentas de análise profissiográfica e do mapeamento de competências em instituições policiais. Concluiu, com os dados apresentados pela revisão da literatura, que a gestão de competência voltada especificamente para a área policial e para o setor de segurança pública praticamente inexistem no Brasil e, para a superação dessa lacuna, seria importante a inserção dessas ferramentas de gestão de pessoal, para que haja maior valorização do profissional de segurança pública (FAIAD et al, 2012, p.400).

O interessante texto de Muniz e Júnior (2013) traz uma abordagem sobre o uso da força armada por parte da polícia numa perspectiva comparada. Utilizou farta bibliografia sobre ciência policial e buscou demonstrar que há vazio conceitual sobre o fazer polícia no Brasil partindo dos modelos originários da Grã-Bretanha, da França e dos Estados Unidos⁶.

Para os autores deste paper, a escolha do uso da arma de fogo ou da força atribuída ao seu aparato policial é uma decisão de cunho político e histórico. Partindo de uma análise sobre a construção histórica e cultural das polícias dos três países citados, os autores demonstraram as idiosincrasias de cada modelo e como tais modelos estão conectados a um constructo específico, um tipo de *path dependence* (NORTH, 1990), que faz a diferença na construção do edifício administrativo de cada polícia.

Para Muniz e Júnior (2013), a capacidade coercitiva da polícia é apenas a que o governo autoriza fazer sob a chancela da sociedade policiada. Organização e atores policiais estão sujeitos à responsabilização em termos da oportunidade e propriedade de uso da força. O uso de determinados armamentos está atrelado à tomada de decisão dos atores envolvidos na *Polity* (FREY, 2000).

Fica claro na conclusão deste *paper*, que os autores não se posicionam a respeito da melhor forma de policiamento, se desarmado e civil, se armado e militariza-

6 "Que se possa ter uma polícia desarmada em Londres – porque se está numa ilha, com uma população desarmada. Que se tenha polícia-de-fuzil-ou-carabina no continente – porque se pode ter que lutar como um exército. Que se possa ter tudo o que se deseje nos EUA – porque poder ter tudo que se queira, inclusive armamento para a população, é mais importante do que outras considerações" (MUNIZ e JÚNIOR, 2013: 135).

do, mas à contingência pela qual o modelo de democracia pode impor a respeito de tal dilema. Para o Brasil, o uso da força armada pela polícia é uma questão de constructo histórico, no qual a necessidade de confronto fez da polícia a única forma democrática para a garantia dos Direitos Humanos (MUNIZ; JÚNIOR, 2013).

Porto (2009) desenvolveu uma análise das representações sociais em alguns crimes violentos em torno da capital federal. Baseado em estudo tradicional da sociologia moderna, explora o conceito de Teoria das Representações Sociais no intuito de avaliar o fenômeno social de tipos criminais midiáticos de grande repercussão.

Para a socióloga, a violência urbana da cidade de Brasília já absorveu características similares a outras grandes cidades brasileiras. Estereótipos encontrados no discurso do senso comum e da mídia ajudam a mascarar as reais causas da violência que, segundo a autora, estão muito mais atreladas aos desníveis sociais e práticas autoritárias das instituições policiais que a pobreza e a desorganização do processo urbano.

No que tange aos tomadores de decisão da segurança pública do Distrito Federal, Porto sugere a leitura mais pormenorizada de tais representações sociais no intuito de subsidiar as políticas públicas de segurança na cidade (PORTO, 2013).

Feltran (2010) fez uma análise tradicional da Antropologia, baseado no método etnográfico, na qual é desenhado o funcionamento informal dos “Tribunais do Crime” no Estado de São Paulo. Para o autor, que realizou o trabalho de campo entre os anos de 2005 e 2009, os dispo-

sitivos de regulação interna ao “mundo do crime” seriam os fatores explicativos centrais da queda das taxas de homicídio em São Paulo, notável nos anos 2000, e reivindicada publicamente por governos e polícias.

O referido autor não faz uma análise de tipos sociais ou de comportamento institucional, mas apenas uma análise descritiva das normas de conduta e dispositivos de arbítrio acerca do descumprimento dessas normas, que construíram a legitimidade e a autoridade que os “debates” das facções criminosas (particularmente o PCC) gozam hoje nas periferias da cidade de São Paulo (FELTRAN, 2010, p.60).

Feltran (2010), também se debruçou numa dita lógica interna que rege o dispositivo de “justiça” dos indivíduos comunitários, que é radicalmente distinta da lógica do direito democrático e, ainda assim, verifica-se que ela se tornou mais operativa nas periferias da cidade, justamente nas últimas décadas, período de construção formal de uma justiça estatal democrática no país (IDEM, p.60).

Para Feltran (2010), houve um “redesenho” das mortes violentas, sobretudo de jovens, nas periferias comandadas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Os moradores de favela, ou jovens inscritos no “mundo do crime”, afirmaram que “não pode mais matar”, pois o princípio instituído nos territórios em que o PCC está presente assevera que a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, legitimada por tribunais compostos por pessoas respeitadas do “Comando”. A partir desse princípio instituído, aquele menino do tráfico que, há alguns anos, tinha a obriga-

ção de matar um colega por uma dívida de R\$ 5,00, para se fazer respeitar entre seus pares no “crime”, agora não pode mais matá-lo pela mesma razão. As punições são distribuídas sem a necessidade do homicídio ou, mais exatamente, necessariamente sem o homicídio (2010, p.69).

Campos (2014) fez análise sobre a distribuição das leis que se referem à segurança pública e o sistema de justiça criminal no Brasil. Tal análise focou o comportamento das instituições políticas e de seus atores sociais na produção legal, e como as leis refletiram na produção de dispositivos mais ou menos punitivos, ou, também, distributivos de direitos.

O recorte histórico da análise de Campos (2014) é longo e abordou as aprovações de leis penais entre os anos de 1989 a 2006 no Parlamento brasileiro. O objetivo central do *paper* foi analisar quais foram às políticas de segurança pública e justiça criminal aprovadas e como foram aprovadas no Parlamento.

A análise crítica de Campos (2014) se mostrou relativamente “refém” de abordagens sociológicas estruturalistas que atrapalharam um pouco os resultados de seu trabalho. Contudo, tais resultados, sobretudo os de caráter empírico, são ricos e demonstram o papel de “protagonista” do Poder Executivo Federal na condução da agenda legislativa sobre a questão da segurança pública e o sistema de justiça criminal como um todo.

Outrossim, os resultados a que Campos (2014) chegou, nos revelam que: tanto partidos de viés ideológico de esquerda, quanto de direita ou centro, tomam deci-

sões conforme apelos da opinião pública, na qual o poder *vertical* do voto tem força emblemática na tomada de decisão dentro do Parlamento.

A produção legislativa em torno da segurança pública e do sistema de justiça criminal tende a um “equilíbrio” em normas mais punitivas de um lado como, também, de ampliação de direitos civis do outro. Outro resultado importante do trabalho de Campos (2014) revelou a força da região Sudeste como produtora parlamentar na pasta em questão.

Misse (2011) objetivou analisar as relações entre o “crime organizado” e o “crime comum” no Rio de Janeiro, buscando traçar as condições para responder até que ponto o crime organizado explica as lógicas do crime comum e se está subestimando ou superestimando essa relação entre um e outro.

O crime organizado não é definido especificamente por Misse, mas ele expõe o que entende por tal da seguinte forma:

Restam quatro atividades criminais violentas organizadas: os “comandos”, que controlam e disputam territórios de venda a varejo de drogas e outras mercadorias ilícitas; as “milícias”, que disputam com os “comandos” o controle desses territórios, com vistas a impor a venda de proteção aos seus moradores; as quadrilhas de roubo de carga e de roubo de carros; as redes de pistolagem, vigilância clandestina, tráfico de armas, extermínio – operadas geralmente sob proteção de policiais da ativa. Dessas, sabemos muito pouco sobre as quadrilhas de roubo de carga e sobre as redes de pistolagem urbana (sicários, que trabalham com motos), bem como sobre o tráfico de

armas. Sabemos um pouco mais sobre roubos de carro, empresas clandestinas de vigilância privada e grupos de extermínio, mas não o suficiente para estabelecer relações com o crime comum. Resta finalmente o que conhecemos melhor no Rio de Janeiro: o “jogo do bicho”, os “comandos” e as “milícias”. (MISSE, 2011, p.15)

O estudo tem como base a etnografia e o autor “conta” sua história sobre esses três tipos de crime organizado analisando-os sociologicamente. Conclui que existem trocas entre agentes estatais e os criminosos para que o sucesso do crime organizado exista. Criando o conceito de “mercadorias políticas”, Misse tenta explicar as relações assimétricas de poder dentro do emaranhado que se configuram as redes criminosas, com destaque ao tráfico de drogas e as milícias. No entanto, o objetivo do seu *paper*, que é demonstrar o nível de associação entre os crimes praticados pelos criminosos dentro das estruturas do jogo do bicho, do tráfico de drogas e das milícias com o crime comum – que ficou pouco claro em sua definição –, não foi satisfatoriamente demonstrado. O leitor chega ao final do texto sem saber qual foi o impacto do crime organizado no crime comum.

Resende e Andrade (2011) desenvolveram um robusto estudo econométrico avaliando o impacto da desigualdade de renda nas taxas de criminalidade em grandes municípios brasileiros. Aplicaram modelos estatísticos e econométricos de alto nível de complexidade no teste de variáveis independentes socioeconômicas – que buscam medir a desigualdade e pobreza – em relação a variáveis criminais – homicídios, latrocínios, estupros e roubos. Com o uso de banco de dados oficiais os autores

empreenderam sua análise.

O objetivo foi testar a hipótese na qual a desigualdade de renda afeta positivamente no crescimento dos crimes contra a vida e dos crimes patrimoniais. As variáveis independentes foram sumarizadas no quadro um à página 179 do referido trabalho e o replico abaixo na tabela 2.

O ponto de partida teórico foi da Escolha Racional dos estudos seminais de Becker (1968) e Ehrlich (1973). Os dois trabalhos partem do pressuposto que os indivíduos fazem um cálculo estratégico em suas ações. O indivíduo estaria mais propenso a prática de delitos e crimes em contextos nos quais a desigualdade de renda, as taxas altas de desemprego e, por sua vez, os níveis altos de pobreza, influenciariam negativamente no ato criminoso (NÓBREGA JR., 2015).

O modelo empírico, como já dito, é robusto e complexo. A formação econométrica dos autores oferece esta robustez. A tabela 1 à página 184 sumariza as variáveis e seus desvios padrão e coeficiente de variância estatística. As variáveis que apresentaram maiores coeficiente de variância foram: densidade demográfica; % de domicílios com mulheres chefes de família; renda per capita; % de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50; taxas de homicídios pelo SIM; presença de guarda-municipal; qualidade da guarda-municipal; qualidade da PM; taxas de homicídios SENASP; e taxas de roubos de veículos.

Os resultados do teste de hipótese chegaram à seguinte conclusão:

O nível de pobreza e a desigualdade de renda são as variáveis com um maior grau de distinção entre

crimes contra a pessoa e crimes contra a propriedade. A pobreza está positivamente correlacionada com os homicídios, mas negativamente com praticamente todos os demais tipos de crimes. A desigualdade de renda é positiva e significativa na associação com os crimes contra a propriedade, mas tem efeito ambíguo sobre os crimes contra a pessoa: positivamente associada aos homicídios, mas neutra em relação às lesões, estupros e tenta-

tivas de homicídio. Importante destacar a magnitude do coeficiente da desigualdade de renda para os crimes de roubo e furto, implicando uma variação de quase quatro pontos percentuais para cada ponto de aumento do coeficiente de Gini. (RESENDE; ANDRADE, 2011, p.187)

Arguelhes e Pargender (2013) empreenderam um interessante estudo sobre os

Tabela 2 - Descrição das Variáveis Utilizadas no Modelo Empírico

Variável	Código	Descrição	Fonte
Criminalidade		Taxas de criminalidade por 100.000 habitantes – 10 tipos de crime	SENASP/2004 e SIM/DATASUS 2004
Desigualdade de Renda	Coefficiente de Gini	Coefficiente de desigualdade de renda	Censo Demográfico IBGE 2000
Ação Policial	PM e GM	Indicadores construídos a partir de informações sobre a qualidade das instituições policiais. Pm refere-se à qualidade das instituições policiais e Gm refere-se à qualidade da guarda municipal	SENASP 2004
Densidade Populacional	Dens	População dividida pela área do município (em Km ²)	IBGE 2004
Renda <i>Per Capita</i>	RPC	Renda per capita, 2000	Censo Demográfico IBGE 2000
Pobreza	Pobre	Percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50, 2000	Censo Demográfico IBGE 2000
Escolaridade	Escola	Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos na escola, 2000	Censo Demográfico IBGE 2000
Fecundidade em 1991	Fec91	Taxa de fecundidade total, 1991	Censo Demográfico IBGE 2000
Acesso à TV	TV	Percentual de pessoas que viviam em domicílios com energia elétrica e TV, 2000	Censo Demográfico IBGE 2000
Famílias lideradas por Mulheres	Sem Pai	Percentual de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos, 2000	Censo Demográfico IBGE 2000
Homens entre 15 e 25 anos	Homens	Porcentagem de homens entre 15 e 25 anos, 2000	Censo Demográfico IBGE 2000
<i>Dummies</i> para região metropolitana		18 dummies para as regiões metropolitanas. Para cada região metropolitana, caso o município esteja localizado nesta região metropolitana, a dummy assume valor igual a 1 e zero, caso contrário.	Censo Demográfico IBGE 2000

Fonte: Resende, Andrade (2011).

custos da violência no Brasil. Citaram estudos importantes do ponto de vista das análises criminais em perdas de vida e, também, do ponto de vista da economia com os custos em termos de impactos negativos na atividade econômica. Contudo, o método utilizado é normativo averiguando quais impactos da violência no âmbito do direito.

Para estes autores, um direito penal muito rígido pode gerar impactos custosos no direito individual das pessoas, lesando direitos fundamentais como a ampla defesa. Baseado em dois conceitos, o de política combativa e de política adaptativa, Arguelhes e Pargender (2013) desenvolveram o seu estudo. A política combativa busca um poder coercitivo mais atuante na penalidade e a política adaptativa, a qual será tema central do estudo, são medidas que tomam o estado de violência como real e adaptam o regime jurídico ao cenário real de insegurança no qual resulta num aumento da proteção a potenciais vítimas de violência (ARGUELHES; PARGENDER, 2013, p.271).

Um dos exemplos citados pelos autores dessa política adaptativa liga-se ao mercado de capitais. A transparência da remuneração e dos ganhos dos grandes executivos de empresas multinacionais poderia ser perigosa devido ao nível alto de violência encontrada no Brasil. Nos dizeres de um juiz “é forçoso reconhecer que a divulgação da remuneração dos executivos pela rede mundial de computadores teria o condão de comprometer a segurança tanto dos referidos profissionais quanto a de suas famílias, haja vista a atuação cada vez mais especializada e violenta dos criminosos” (ARGUELHES; PARGENDER, 2013,

p.275).

Para os autores em tela, a política adaptativa estaria numa ascendente por questão do custo elevado que a insegurança pública poderia gerar as potenciais vítimas do crime patrimonial, tais como assaltos, seqüestros e crimes eletrônicos. No entanto, defendem ponderação no uso deste dispositivo – que prioriza os direitos individuais – já que outros princípios constitucionais, como o da transparência dos recursos públicos os quais pagam os salários de servidores, por exemplo, podem ser reduzidos em razão do argumento em torno daquele direito (IDEM, 2013).

Scalco et al (2012) objetivou criar um índice de eficiência da Polícia Militar de Minas Gerais no combate à criminalidade. O trabalho é um estudo do ponto de vista da economia e usa o método empírico de análise de testes de hipóteses. Como os economistas que usam método econômico são muito exigentes do ponto de vista da qualidade dos dados, a pesquisa se limitou a fazer testes analisando o impacto de fatores socioeconômicos na atividade criminosa.

O índice de eficiência buscou avaliar os níveis de prisões por crimes contra o patrimônio e crimes contra a vida, em relação ao efetivo policial e ao tamanho da população dos municípios mineiros.

A hipótese central do *paper* afirmou que municípios maiores apresentam menores índices de eficiência policial do que municípios maiores. Apesar de testes estatísticos sofisticados, a regressão logística apresentada em cima das variáveis socioeconômicas se mostrou de pouca relevân-

cia.

Variáveis normalmente relacionadas com altas taxas de criminalidade, como densidade demográfica, percentual da população urbana, percentual de domicílios sem banheiro e água encanada, percentual de mulheres chefe de família, percentual de adolescentes fora da escola em 1991 e tamanho dos municípios, apesar de mostrarem significância estatística, em seu conjunto tais variáveis explicaram apenas 10% da variabilidade dos escores de eficiência calculados. O mais relevante do trabalho demonstrou que os municípios menores obtiveram mais eficiência técnica da polícia enquanto os de maior densidade demográfica apresentaram menos eficiência (SCALCO et al, 2012).

Lima et al (2016) propõem uma revisão na reforma da estrutura de segurança pública e justiça criminal brasileira. Para os autores, o modelo vigente é inadequado para a conjuntura democrática e dos direitos humanos. Com base na literatura especializada e nos artigos constitucionais a respeito, os autores buscaram redesenhar as instituições de segurança pública no intuito de fornecer subsídios aos tomadores de decisão da área.

Os autores, inicialmente, fazem um levantamento, um panorama geral, da criminalidade e da segurança pública no país. Destacaram que os gastos públicos em segurança representaram 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que equivale ao mesmo que é gasto em países que controlam as taxas de criminalidade e, portanto, falta de investimento na pasta não é o problema da insegurança pública encontrada hoje no país.

Também, Lima et al (2016) destacaram as falhas do sistema de justiça criminal que abarrotava as penitenciárias, sobretudo com percentuais elevadíssimos de presos provisórios, deduzindo que a falta de gestão prisional é o principal problema do sistema além do forte indicador de déficit de vagas.

Por se tratar de tema extremamente delicado, a segurança pública passa a ser analisada em sua estrutura formal e histórica para daí traçar argumentos em torno de reformas profundas em sua estrutura. Os autores fazem uma rica anatomia das constituições republicanas do Brasil interpretando-as sociologicamente. De toda a interpretação, a mais importante ilustra que a Constituição Federal de 1988 não foi capaz de definir o conceito de segurança pública, apenas se preocupando em indicar quais as instituições responsáveis por ela (LIMA et al, 2016, p.56).

Lima et al (2016) avaliaram a mudança no modus operandi das polícias com a introdução de novos atores sociais na administração dos conflitos. Apesar do Judiciário e do Ministério Público tomarem papel de relevância na condução da política pública de segurança, ainda há uma lógica de confronto à criminalidade que não ajuda no avanço das instituições de segurança pública na nova conjuntura democrática.

Em suma, Lima et al (2016, p.64) asseveraram:

Sem uma pauta de reformas estruturais, que inclui mudanças legislativas e fomento às novas práticas organizacionais lastreadas em fortes elos

com a transparência e a prestação de contas, sem o fortalecimento de mecanismos de controle ou ainda o incentivo à participação social, pouco conseguiremos avançar em termos de eficiência democrática das políticas de segurança.

Proença Júnior (2011) destrinchou o papel das forças armadas brasileiras, desde sua conjuntura histórica, até a sua tarefa constitucional. Como as nossas forças armadas (FFAA) têm papel político relevante em mudanças histórico-institucionais, o seu papel vai além da função meramente de defesa às questões externas. Como garantidores da lei e da ordem internas, como pontos constitucionais, o autor desenha os seus desafios como instituição de segurança.

Proença Júnior (2011) faz uma análise tendo como ponto de partida epistemológico, as Relações Internacionais como campo de estudo. A análise perpassa a questão do papel externo das forças armadas e entra em seu papel constitucional como garantes da lei e da ordem interna. Para o autor, este segundo papel faz das FFAA “a espada da República” e o “escudo da Constituição”. O *paper* tem a intenção de explicar o funcionamento institucional das FFAA e seus desdobramentos políticos. Não faz crítica ao seu aspecto constitucional (PROENÇA JÚNIOR, 2011).

Tendo como base teórica a antropologia da informação, Azevedo e Marteleto (2008) analisaram como as informações criminais de Minas Gerais são produzidas e, com o método de observação focal, tentou entender como uma comunidade em específico enxerga a catalogação dessas informações numa perspectiva crítica.

Os Conselhos Comunitários foram o lócus de observação da pesquisa. Tais conselhos, em Minas Gerais, foram estimulados pelo Comando da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) com o intuito de aproximar a comunidade da polícia e que, resultado dessa aproximação, as informações sobre a melhor forma de agir como polícia comunitária pudesse ser encontrada (AZEVEDO; MARTELETO, 2008).

O método de grupo focal teve como base, na construção do conhecimento informacional, a ideia na qual a informação é uma construção histórico-social, tal que o contexto da comunidade nessa perspectiva, seja de fundamental importância para a construção da informação (IDEM, 2008).

Especificando a intenção da pesquisa, os autores seguiram na direção e no esforço de aproximação teórico-metodológica do objeto de pesquisa na qual se pautou pelas seguintes questões: 1. O que observar? Práticas informacionais num ambiente comunitário. 2. Como abordar? Na perspectiva da hermenêutica-dialética, buscando articular compreensão e crítica. 3. O que ver/ observar? Disputas simbólicas, tal como colocadas na teoria dos campos sociais. 4. O que produzir? Um relato interpretativo nos moldes de uma descrição densa (IBIDEM, 2008, p.281).

Os resultados demonstraram que, apesar do esforço das polícias, o discurso é majoritariamente da instituição policial para a comunidade, pouco existindo o contraponto social dos indivíduos cidadãos da comunidade. Para os pesquisadores há um “vazio informacional” por questão de uma visão hegemônica de criminali-

dade na qual há ausência de discussões a respeito do papel da comunidade na condução do controle social, já que a política pública de segurança destina sua atenção fortemente ao aspecto repressivo em detrimento de uma segurança pública como direito (AZEVEDO; MARTELETO, 2008).

Pereira-Filho et al (2008) elaboraram um sofisticado estudo no intuito de medir o nível de eficiência dos serviços públicos em segurança nas Unidades Federativas do Brasil. Baseados em econometria robusta, os autores empreenderam a análise num modelo de fronteiras estocásticas em dados de painel (2001-2006) visando analisar o custo-eficiência dos serviços de segurança pública de competência dos entes subnacionais (estados e DF).

De início, o estudo apresentou que a maioria dos estados defrontou-se com crescimento nas taxas de mortalidade violenta no período 1999-2006, o que aponta para a necessidade de respostas regionais para esse problema. Evidenciou-se ainda, a expressiva heterogeneidade existente entre os estados, seja em termos de recursos financeiros, humanos ou mesmo de práticas de gestão.

Outras evidências encontradas dizem respeito às condições de urbanização que impactaram diretamente nos custos do setor de segurança, e ao fato de ambientes com mercados de drogas ativos acarretarem níveis elevados de ineficiência em custos, já que esse tipo de ilícito fomenta uma série de outras atividades criminosas tais como roubos, execuções e poder paralelo. A boa alocação dos recursos judiciais, policiais e penitenciários representa uma

solução plausível na promoção de melhores índices de eficiência nos custos e sua relação com a eficiência dos serviços públicos de segurança (PEREIRA-FILHO et al, 2008).

Seguindo o que outros estudos sobre criminalidade e segurança pública apontaram, a relação entre pobreza, nível educacional e um maior número de jovens na população não são relevantes estatisticamente para explicar a ineficiência do serviço público de segurança (SAPORI; SOARES, 2014; PEREIRA-FILHO et al, 2008).

Outro resultado importante foi que os gastos e investimentos feitos pelo governo federal não implicam em melhor resultado na eficiência do serviço; que o nível de eficiência de um estado está mais ligado a um conjunto de boas práticas de gestão do que aos recursos aos quais este estado tem acesso (PEREIRA-FILHO et al, 2008).

Batista et al (2016) empreenderam análise da Geografia do Crime buscando abordar as causas tópicas e específicas dos homicídios no município de Águas Lindas de Goiás – região metropolitana do Distrito Federal -, contextualizando as ocorrências de assassinatos, discutindo as suas dinâmicas a partir da análise de aspectos estruturais, como o processo de metropolização de Brasília e suas externalidades negativas, na forma da segregação socioespacial, da pobreza e das migrações enquanto aspectos que influenciam a criminalidade.

Ao contrário das teorias centradas em “perfis das vítimas” do homicídio, o trabalho de Batista e seus colaboradores (2016) se concentrou nos efeitos do “perfil do lu-

gar” – especificamente na criação, organização ou ausência de condições favoráveis ou desfavoráveis à criminalidade e delinquência (BATISTA et al, 2016, p.435).

O trabalho dos autores fez do uso de levantamento, processamento, tratamento e análise de dados secundários e da aplicação de dez entrevistas semiestruturadas com atores da segurança pública (cinco) e da assistência social (cinco). As entrevistas foram realizadas nas seguintes instituições: Centro Integrado de Segurança Pública, Delegacia Regional do Entorno, Diretoria do Instituto Médico Legal (IML) do Entorno Sul e Secretarias Municipais de Assistência Social (Secretarias de Ação Social), ao longo do ano de 2013 (BATISTA et al, 2016, p.436).

A pesquisa resultou em indicadores que demonstraram as condições adversas de vida no município escolhido para a análise. Observou-se que os homicídios acontecem com maior incidência nos bairros de formação recente, produto da expansão desordenada da cidade que se dá a partir das ocupações informais das terras. Esses processos sociais atraem também migrantes extrametropolitanos, que criam novos padrões de convivência e de lazer, os quais podem gerar tensões e conflitos, notadamente enfrentados com o uso da violência. Agrega-se a esta situação os déficits identificados na estrutura e na organização da segurança pública, bem como dos programas sociais (IDEM, p.453).

Porto (2009) empreendeu, com o uso epistemológico da sociologia, na Teoria das Representações Sociais, a defesa da ideia na qual as mídias constituem, nas modernas democracias contemporâneas,

um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais. Ou seja, a mídia termina influenciando nas tomadas de decisão dos gestores públicos da área da segurança pública.

Para a autora faz sentido argumentar em favor da relevância do tema como subsídio para a formulação de políticas para a área da segurança pública, não por serem as representações sinônimo de verdade, mas por se constituírem em veículos privilegiados de crenças, valores e anseios de distintos setores da sociedade (PORTO, 2009, p.211).

Na exposição teórica de Porto, há preocupação em ligar o que a mídia reporta em suas matérias jornalísticas a sua própria perspectiva de violência. Para ela, a mídia, além de apresentar o dia-a-dia da criminalidade urbana e do funcionamento policial, representa socialmente a visão da violência, e nessa representação, o simbolismo da violência pode encaminhar o leitor/telespectador a enxergá-la de uma determinada forma.

Porto (2009) salienta que algumas políticas públicas de segurança são influenciadas pela mídia, pela forma que certas notícias são representadas socialmente o que termina provocando o *policymaker* a agir. Tal ação, permeada pela influência midiática da notícia representada, resvala em efetividade quando a notícia cai no esquecimento. A crítica da autora vai ao sentido de que as políticas públicas de segurança não podem ficar a mercê dos impactos midiáticos.

Madeira e Rodrigues (2015) empreenderam estudo, tendo como base a Administração Pública e o estudo de Políticas Públicas, sobre os desafios institucionais do governo federal na área da segurança pública desde o governo de Fernando Henrique Cardoso. O foco dos autores foi:

Compreender o papel da União em matéria de segurança pública como indutora de políticas públicas nos últimos 10 anos, por meio da reprodução de um modelo de sistemas de políticas públicas que, à luz de outros setores como a saúde e a assistência social, vêm construindo experiências de coordenação de políticas, em movimentos de formulação, pelo ente federal, de programas que serão implementados por estados e municípios. (MADEIRA; RODRIGUES, 2015, p.4-5)

Os autores analisaram o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) do governo federal. Com a descentralização política dos entes federados no que tange à política pública de segurança, o intuito foi investigar o direcionamento da *policy* da segurança nos entes estaduais e, sobretudo, os municipais. Metodologicamente:

O artigo é uma tentativa de sistematizar resultados de investigações que tiveram o processo de implementação do Pronasci como foco, especialmente no estado do Rio Grande do Sul. Foram realizadas análises legislativas e documentais, observação participante, entrevistas com gestores, articuladores, coordenadores de projetos e público-alvo da política, especialmente em territórios vulneráveis, como os de implantação dos Territórios de Paz. (MADEIRA; RODRIGUES, 2015, p.5)

Os autores apontaram detalhadamente

os rumos do PRONASCI e suas intenções como mecanismo gestor da segurança pública brasileira. Apesar do foco do Programa ser a prevenção da violência, as políticas de repressão tiveram maior ênfase nas ações pontuais dos entes federados. Outro aspecto do Programa foi o seu excesso de atores sociais e de instituições, o que gerou dificuldade na gestão da pasta em muitas unidades federativas.

Não obstante as dificuldades encontradas, os autores demonstraram certa efetividade do Programa Nacional de Segurança em alguns entes federativos, como no caso específico da Região Metropolitana de Porto Alegre, lócus da pesquisa de campo dos autores. Nesta realidade, o Pronasci terminou gerando bons frutos, segundo os autores, sobretudo na formação educacional dos jovens em regiões de risco (MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

O trabalho de Tavares (2011) é uma interpretação, com base teórica fundamentada em Foucault (1996 apud Tavares, 2011), na qual as dimensões do poder discricionário do Estado se fundamentam na microfísica do poder interpretativo das formas de punição e nas políticas públicas sociais de prevenção. A autora identifica uma forma específica de dominação quando os jovens (crianças e adolescentes) assistidos pelos projetos sociais (jovens esses advindos das camadas mais pobres) são identificados como agentes sobre os quais a política precisa interferir para “purificá-los”, tirando-os da situação de “risco” na qual se encontra a grande maioria. Nessa situação de “risco”, mais do que se preocupar com a “purificação” desse jovem pobre, destinam-se os recursos no intuito de assegurar aos mais educados (classe do-

minante) menos desconfiança e medo da criminalidade.

Em uma entrevista elaborada por Miraglia e Salla (2008), o ex-secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Nagashi Furukawa, fez um diagnóstico de sua gestão e dos impasses relacionados às políticas para a segurança pública no Brasil. A crise gerada pelos ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) em 2006, suas origens e consequências.

A gestão do referido ex-secretário foi afetada por condições internas e normativas, e externas ligadas aos conflitos gerados pelo Primeiro Comando da Capital. A fala do ator político é relevante para averiguarmos como o descontrole dentro dos presídios é danoso para a consolidação da segurança pública cidadã:

Acredito que a origem da megarrebelião de 18 de fevereiro de 2001, como também dessa grande crise de maio de 2006, está ligada ao PCC. Não há dúvida alguma com relação a isso. Em 2001, a rebelião aconteceu logo depois da transferência dos líderes dessa organização criminosa para presídios mais rigorosos; e em 2006 foi a mesma coisa. É claro que por trás disso existem os problemas com os servidores públicos coniventes, que procuravam dar regalias para determinadas lideranças criminosas em troca de uma paz aparente. Eles foram sendo afastados pouco a pouco. Isso pode ter tido alguma influência, mas o ponto que determinou mesmo essas duas crises foi a movi-

mentação da liderança do PCC. Além disso, durante a minha gestão não se fez nenhuma espécie de concessão ao PCC. Pode ter havido uma ou outra concessão na ponta, mas como atuação de Governo, uma concessão ao “partido”, à organização criminosa como uma forma de manter a paz, isso nunca aconteceu. É claro que quem procura cumprir a lei sem fazer concessões acaba provocando descontentamento e, conseqüentemente, rebeliões. (MIRAGLIA; SALLA, 2008, p.24).

Em estudo sobre planejamento estratégico na área da segurança pública, Birchall et al (2012) aplicaram o modelo de Planejamento Estratégico Situacional (PES)⁷ num estudo de caso no município de Lavras (MG). De forma específica, os autores objetivaram identificar os principais problemas e quais melhores estratégias para solucionar tais problemas. Um dos objetivos focou em estratégias que levassem em consideração a percepção dos diferentes atores sociais das instituições ligadas ao aparato da segurança pública (estadual e municipal) (BIRCHALL et al, 2012, p.525).

Dos problemas discutidos em grupos focais pelos atores sociais das instituições dos três poderes municipais de Lavras, foram elencados alguns “nós críticos” pelos autores, quais sejam:

1. Demora no julgamento de processos pelo Judiciário;
2. Há poucos esforços de interação e cooperação entre os órgãos ligados à segurança

⁷ “O PES é uma metodologia criada pelo economista chileno Carlos Matus. O PES é um método e uma teoria do planejamento estratégico público, considerado pelo autor o mais novo dos ramos do planejamento estratégico. Foi concebido para servir aos dirigentes políticos, tanto no governo como na oposição. Seu tema central são os problemas públicos, sendo também aplicável a qualquer órgão cujo centro de jogo não seja exclusivamente o mercado, mas o jogo político, econômico e social” (Huertas, 2004 apud BIRCHALL, 2012, p.525).

pública na cidade; 3. Número de policiais militares na cidade está aquém do necessário para o adequado desempenho de suas funções; 4. Falta de preparo dos policiais, acusando necessidade de treinamento e reciclagem; 5. Falta de recursos a serem aplicados na aquisição de novos equipamentos para a segurança pública no município; 6. Carência de estrutura e educação (familiar e escolar) adequadas; 7. Falta de recursos a serem aplicados na construção de novas instalações prisionais. (BIRCHAL et al, 2012, p.536)

A ferramenta do PES se mostrou relevante, segundo os autores, para a produção de estratégias de ação por parte do Estado na pasta da segurança pública naquele município mineiro. Contudo, os autores apontaram problemas na condução do método, principalmente na dificuldade de cooperação entre os atores sociais envolvidos no processo. Outra coisa que me chamou atenção é a dificuldade do excesso de democracia em tomadas de decisão que envolve muita gente. Seguindo uma trajetória guiada por Olson (2002), grupos muito densos têm dificuldades em tomar decisões e o PES, neste caso de Lavras, levou em conta grupos focais de diversas instituições e atores sociais o que pode ter implicado em pouco impacto nos resultados da pesquisa empreendida pelos autores.

Outrossim, houve uma clara rejeição por parte dos autores, do uso da estatística e de modelos matemáticos no norteamento do planejamento estratégico, o que causa estranheza, pois não se faz política pública alguma sem o uso adequado de ferramentas quantitativas (BIRCHAL et al, 2012, p.541).

Carvalho e Silva (2011) empreenderam análise sobre o Estado da Arte da segurança pública no Brasil contemporâneo e os desafios enfrentados pela sociedade democrática brasileira em relação a sua participação nos processos decisórios das políticas públicas em segurança. Também efetivaram algumas considerações em torno dos programas nacionais de segurança pública, sendo eles: Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), implementado a partir do ano 2000, e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), estruturado em 2007.

Na exposição dos autores, citando Salla (2003), o PNSP “compreendia 124 ações distribuídas em 15 compromissos que estavam voltadas para áreas diversas como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado; o desarmamento; a capacitação profissional; e o reaparelhamento das polícias, a atualização da legislação sobre segurança pública, a redução da violência urbana e o aperfeiçoamento do sistema penitenciário”. No entanto, o plano não era claro quanto aos recursos utilizados e as metas reais a serem alcançadas (CARVALHO; SILVA, 2011, p.63).

Já no que tange a esfera de atuação do governo Lula, foi criado o Sistema Único de Segurança Pública que buscava contemplar uma ampla gama de atuações, contudo, excluindo o sistema carcerário, ou a política penitenciária, do escopo daquelas ações. No linguajar dos autores: “Estabelecer ações integradas no campo da segurança pública sem que o sistema prisional, receptor dos resultados de ações policiais ou judiciais, dominado em alguns estados pelo crime organizado, esteja contemplado, significa limitar as possibilida-

des de atuação” (IDEM, p.64).

O Pronasci, criado em 2007, buscava justamente preencher aquela lacuna. O referido programa apresentou um olhar multidisciplinar em relação à política pública de segurança. Entrava em cena a perspectiva além do operacional, buscando uma relação mais próxima com o cidadão na construção de uma política pública de segurança com participação popular nos seus processos decisórios. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram vislumbradas como resultado dessa transformação na atuação da política nacional de segurança pública. De toda a forma, o Pronasci necessita de atuação constante da sociedade civil organizada para surtir efeito prático (CARVALHO; SILVA, 2011).

Cano (2006) fez uma análise crítica sobre o modelo de segurança pública adotado no Brasil no período anterior ao Pronasci como política pública nacional. O *paper* refere-se às atuações limitadas das esferas federais, estaduais e municipais, referindo-se também ao modo como a escassez de recursos na área da segurança pública cria uma pressão social para o confronto da criminalidade em bases bastante limitadas. Seu foco é o papel das instituições coercitivas nos três níveis da federação.

No plano federal, o autor criticou as medidas dos governos federais em torno da construção de projetos, como o PNSP e o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que mais “ficaram no papel” do que se transformaram em atuação eficiente do Estado no controle da criminalidade crescente. Também enumerou algumas ações da polícia federal e suas limitações como instituição no controle da crimina-

lidade mais comum, sendo uma polícia mais específica em confronto ao crime organizado mais sofisticado (CANO, 2006).

Ao nível estadual, Cano apontou para a falta de políticas públicas estratégicas por parte dos governos estaduais. Para ele, estes atores políticos só agem em casos de repercussão social e por pressão da imprensa. No que diz respeito ao papel das polícias, civil e militar, ambas geralmente não se comunicam, trabalham em seus ciclos separados sem cooperação e frequentemente agem de forma truculenta contra as comunidades pobres.

Por outro lado, o autor levanta uma série de ações vistas por ele como positivas no âmbito estadual:

- Experiências de polícia comunitária em vários estados, em geral com resultados positivos, pelo menos em relação à imagem da polícia em suas relações com a comunidade. Não tem havido, contudo, redução significativa das taxas de criminalidade. O elemento mais importante, de fato, é a mudança no relacionamento entre a polícia e a comunidade. De qualquer forma, nenhum estado adotou o modelo de polícia comunitária como modelo geral para a Polícia Militar;
- Criação de Ouvidorias de Polícia em vários estados. As Ouvidorias têm como missão receber denúncias de abusos cometidos por policiais, garantindo o anonimato do denunciante, se for necessário. As denúncias são encaminhadas às Corregedorias (Departamentos de Assuntos Internos) para serem investigadas e a Ouvidoria acompanha esta investigação. A instituição pública relatório periódico sobre as denúncias recebidas e funciona como elemento de mobilização e conscientização sobre o assunto. No entanto, a

falta de comunicação posterior com os denunciantes e a baixa proporção de casos que resultam em punição para os acusados provocam um considerável grau de insatisfação entre os denunciantes, como mostraram as pesquisas realizadas em três Ouvidorias. O grau de institucionalização é ainda incipiente e o desempenho depende em grande medida da figura do Ouvidor. Não é comum contarem as Ouvidorias com um quadro de funcionários ou orçamentos próprios, e muitas funcionam nos edifícios das Secretarias de Segurança, contrariando sua vocação de manter sigilo;

- Uso de técnicas de georreferenciamento para mapear as áreas e horários de maior incidência criminal, com a finalidade de dirigir o patrulhamento preventivo a esses pontos críticos. De fato, os estudos clássicos que avaliavam o impacto do patrulhamento, como o de Kansas City em 1972, concluíram que o patrulhamento não específico, sem foco espacial ou temporal, não consegue reduzir a criminalidade. A Polícia Militar de Belo Horizonte, entre outras, trabalhou na linha do georreferenciamento;
- Programas-piloto para reduzir a violência letal em áreas marginais com alta incidência de homicídios. Entre eles, podemos citar GPAA⁸ no Rio de Janeiro e “Fica Vivo” em Belo Horizonte. Constituem uma certa novidade no país, porque os crimes contra a vida, ao contrário dos crimes contra a propriedade e os sequestros, nunca foram uma prioridade das políticas de segurança pública brasileira. Isso acontece, entre outras razões, porque as vítimas de homicídios são em sua maioria pessoas das classes mais humildes, sem voz nem influência política comparáveis às classes médias e altas. (CANO, 2006, p.142-143)

No âmbito municipal, Cano destaca algumas ações na política de segurança como a criação ou expansão de uma guarda municipal, o estabelecimento de alarmes ou câmaras de monitoramento em locais críticos na cidade, ou implementação de projetos sociais. Todas as ações têm mais caráter preventivo que repressivo.

Há, segundo ele, efeitos colaterais quando um determinado município implementa uma política pública o que pode refletir em migração do crime. Caso que o autor exemplifica é o de Diadema que, depois de implantar a Lei Seca, viu o crime trasladar para outros municípios próximos já que muitas pessoas iam para tais cidades em busca de diversão (CANO, 2006, p.146).

Mello et al (2011) fizeram pesquisa sobre as políticas públicas de segurança para a comunidade LGBT⁹ no Brasil. Efetuaram levantamento estatístico, tendo como base o “Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2011/ano de 2012”, no qual destrincharam o perfil da vítima de violência homofóbica. Tal perfil corresponde à “maior parte das vítimas dessas violações identificada como pessoas do sexo biológico masculino (67,5% em 2011; e 71,38% em 2012), são negras (51,1% em 2011; e 40,55% em 2012), jovens (47,1% com idade entre 15 e 29 anos, em 2011; e 61,16% em 2012)” (MELLO et al, 2011, p.301).

8 Grupo de Policiamento em Áreas Especiais

9 Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Os autores apontaram para o esforço do governo federal em torno dessas políticas específicas, destacando o papel do Pro-nasci na condução do processo, embora, efetivamente, os resultados sejam frágeis. Utilizaram uma pesquisa qualitativa de entrevistas direcionadas a ativistas e gestores da pasta da segurança que tratam da questão (violência contra a comunidade LGBT), nas quais foram demonstradas as preocupações em torno da política de segurança pública no Brasil. Na visão dos ativistas principalmente, as políticas públicas ainda pecam pela baixa especificidade da temática dos direitos dessa comunidade (MELLO et al, 2011).

Azevedo (2006) elaborou ensaio no qual faz duras críticas ao modelo adotado pelo sistema de justiça nacional. Para o autor, o modelo punitivo remediado pelas políticas públicas de segurança demonstrou não funcionar a contento devido à contínua escalada da violência, ao mesmo tempo em que vem ferindo direitos constitucionais. Para o autor, há pouca inclinação para os mecanismos de prevenção, que estariam, para ele, na raiz do problema social da violência.

Elaborar projetos municipais de segurança pública com a participação da sociedade, políticas de descarcerização, garantismo penal, políticas de inclusão social e de ressocialização críveis de serem implementadas seriam alguns pontos defendidos, no ensaio, pelo autor (AZEVEDO, 2006).

Para Bicalho et al (2012), as políticas

públicas de segurança adotadas no Rio de Janeiro ainda sofrem influência da escola positivista lombrosiana do século XVII. Sob a batuta teórica de Foucault (1987), os autores fazem duras críticas ao uso do Caveirão¹⁰ como técnica de confronto à criminalidade, ao processo de “criminalização da pobreza” na qual se adota uma política de “extermínio” de indesejáveis quando do dispositivo chamado “autos de resistência”¹¹.

Ainda na investigação desses autores, essa lógica de confronto ao “inimigo interno” fica bem visível nas chamadas “máquinas de guerra” exemplificadas pelo já citado Caveirão e pelas políticas públicas de encarceramento em massa da população mais pobre e de execuções sumárias por parte da polícia (BICALHO et al, 2012).

Fonseca e colaboradores (2015) investigaram, comparativamente, os modelos de gestão adotados pelas pastas da segurança pública em Minas Gerais e São Paulo. Metodologicamente, os autores adotaram abordagem de natureza qualitativa, com base na pesquisa descritiva, tendo por método o estudo de caso. Os resultados obtidos na pesquisa demonstraram que o modelo burocrático weberiano ainda não foi superado e que a nova gestão pública ainda está longe de ser adotada pelas instituições ligadas ao aparato de segurança nos dois estados.

Tendências metodológicas dos estudos sobre Segurança Pública e Criminalidade no Brasil

¹⁰ Veículo de combate adotado pelo Batalhão de Operações Táticas Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE).

¹¹ Mortes provocadas em confronto com a polícia, geralmente resultando em assassinatos “legalizados”.

No levantamento feito aqui, a maioria dos trabalhos teve como área de concentração a sociologia¹². Dos 33 trabalhos descritos e analisados, 10 deles foram desta área, ou seja, 32% dos estudos. Em segundo lugar ficaram empatados a Ciência

Política, a Antropologia e a Administração Pública. Cada uma delas com três títulos publicados. Com dois títulos publicados ficaram: Geografia, Psicologia e Economia. As demais, com um título apenas (cf. tabela 3).

Tabela 3 - Áreas, Número de Títulos e Percentual das publicações do Scielo.com (2005/2016)

Área	Número de Títulos	Percentual
Sociologia	10	32%
Ciência Política	3	9%
Antropologia	3	9%
Administração Pública	3	9%
Geografia	2	6%
Psicologia	2	6%
Economia	2	6%
Criminologia	1	3%
Ciência da Informação	1	3%
Ciência Policial	1	3%
Relações Internacionais	1	3%
Filosofia	1	3%
Interdisciplinar	1	3%
Direito	1	3%
Direitos Humanos	1	3%

Fonte: Elaboração própria

É clara a diversidade metodológica. Na tabela abaixo, descrevo os autores por

periódico e metodologia adotada em cada publicação analisada na seção anterior.

¹² O método adotado foi a área do periódico e/ou formação dos pesquisadores-autores e o método de pesquisa utilizado.

Tabela 4 - Tendências Metodológicas e/ou teóricas dos autores e Periódico de publicação

Autores	Periódico	Metodologia/teorias
Lima; Sinhoreto; Bueno (2015)	Revista Sociedade e Estado	Estatística Descritiva
Las Casas (2015)	Revista Brasileira de Política Internacional	Análise neo-institucional histórica
Nóbrega Jr. (2010)	Revista de Sociologia e Política	Análise baseada na Teoria Minimalista da Democracia/narrativa histórica
Andrade (2013)	Sequência (Florianópolis)	Marxismo crítico
Zaluar; Ribeiro (2009)	Novos Estudos	Etnografia/teoria da eficácia coletiva e/ou capital social
Berlato (2011)	Revista de Sociologia e Política	Análise de discurso/etnografia
Azevedo; Riccio; Ruediger (2011)	Ciência da Informação	Revisão bibliográfica
Batella; Diniz (2010)	Sociedade e Natureza	Análise espacial
Faiad et al (2012)	Psicologia: Ciência e Profissão	Profissiografia
Muniz; Júnior (2013)	Revista Sociedade e Estado	Análise histórica
Porto (2009)	Sociedade e Estado	Teoria das representações sociais
Feltran (2010)	Caderno CRH	Etnografia
Campos (2014)	Revista Brasileira de Ciência Política	Política comparada
Misse (2011)	Revista de Sociologia e Política	Etnografia
Resende; Andrade (2011)	Estudos Econômicos	Econometria
Arguelhes; Pargender (2013)	Revista Direito - FGV - SP	Análise normativa
Scalco et al (2012)	Nova Economia	Econometria/estatística inferencial
Lima et al (2016)	Revista Direito - FGV - SP	Análise normativo-histórica
Proença Júnior (2011)	Contexto Internacional	Análise normativo-histórica
Azevedo; Marteleto (2008)	Transinformação	Observação focal
Pereira-Filho et al (2008)	Economia Aplicada	Econometria
Batista et al (2016)	Revista Sociedade e Estado	Estatística descritiva/entrevistas semi-estruturadas
Porto (2009)	Tempo Social	Análise histórico-sociológica
Madeira; Rodrigues (2015)	Revista de Administração Pública	Análise documental/entrevistas
Tavares (2011)	Fractal: Revista de Psicologia	Análise crítica
Miraglia; Salla (2008)	Novos Estudos	Entrevista aplicada

Birchal et al (2012)	Revista de Administração Pública	Grupo focal
Carvalho; Silva (2011)	Revista Katálysis	Revisão bibliográfica/documental
Cano (2006)	SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos	Análise documental
Mello et al (2011)	Estudos Feministas	Entrevistas/grupo focal
Azevedo (2006)	Revista Katálysis	Ensaístico
Bicalho et al (2012)	Psicologia e Sociedade	Análise crítica/marxismo
Fonseca e colaboradores (2015)	Revista de Administração Pública	Política Comparada

Fonte: Resende; Andrade (2011).

Pelo que vimos, não há domínio teórico metodológico na área e a regra é a multidisciplinaridade, o que se mostra bastante positivo, pois elenca várias perspectivas críticas e propositivas para o gestor das políticas públicas em segurança. Contudo, há predominância de estudos normativos, etnográficos, narrativos, em detrimento de trabalhos que busquem testar hipóteses como forma de maior consistência comprobatória dos argumentos, com o uso de estatística e método quantitativo inferencial.

Conclusão

Trabalhos dessa envergadura são fundamentais para enxergarmos o “estado da arte” dos mais diversos assuntos das ciências sociais. No caso aqui especificamente os estudos sobre o tema da segurança pública. O levantamento nos fez observar que a dinâmica da discussão é multifacetada em diversos aspectos teóricos, metodológicos e culturais (ideológicos).

A riqueza da abordagem é importante, pois leva muitos subsídios reflexivos para o gestor da política pública em tela, no caso a política pública de segurança. Os trabalhos mais críticos tendem a focar aspectos

negativos das instituições responsáveis pela segurança pública, já os trabalhos mais técnicos visam trazer soluções para a prática cotidiana da segurança pública.

O que se escreve sobre a segurança pública no Brasil está repleto de aspectos teóricos e metodológicos o que nos faz refletir sobre a importância do tema, já que o crime violento e a insegurança pública se mostram hoje como dois dos principais pontos de preocupação dos cidadãos brasileiros.

Como os trabalhos pioneiros demonstraram, e este *paper* reforçou, a maioria dos trabalhos das ciências humanas em torno da temática da segurança pública, e de seus temas correlatos, violência e criminalidade, ainda persistem em lacunas metodológicas do ponto de vista das políticas públicas. Faltam maiores investimentos em metodologia científica, sobretudo de cunho quantitativo, pois impera, na maioria das abordagens, estudos etnográficos e normativos sobre a política pública de segurança. É, portanto, necessário avançar, sobretudo em estudos de *policy analysis* na agenda da segurança pública.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 35, jan./jun. 1993, p. 3-24.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Mudança do Paradigma Repressivo em Segurança Pública: reflexões criminológicas críticas em torno da proposta da 1ª Conferência Nacional Brasileira de Segurança Pública. **Seqüência** (Florianópolis), n. 67, dez. 2013, p. 335-356.
- ARGUELHES, Diego Werneck; e PARGENDER, Mariana. Custos colaterais da violência no Brasil: rumo a um direito moldado pela insegurança? **Revista Direito GV**, São Paulo 9(1), Jan-Jun, 2013, p. 269-298.
- AZEVEDO, Ana Luísa Vieira de; RICCIO, Vicente e RUEDIGER, Marco Aurélio (2011). A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 40 n. 1, jan./abr, 2011, p.9-21.
- AZEVEDO, Marco Antônio de; MARTELETO, Regina Maria. Informação e segurança pública: a construção do conhecimento social em ambiente comunitário. **Transformação**, Campinas, 20(3), set./dez., 2008, 273-284.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de . Prevenção integrada: novas perspectivas para políticas de segurança no Brasil. **Katálisis** v. 9 n. 1 jan./jun, 2006.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (Orgs.). Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia. São Paulo: **Anpocs**, 2010. p. 303-374.
- BATELLA, Wagner Barbosa; DINIZ, Alexandre Magno Alves. Análise Espacial dos Condicionantes da Criminalidade Violenta no Estado De Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1), , abr. 2010, 151-163.
- BATISTA, Analia Soria; FRANÇA, Karla Christina Batista; BERDET, Marcelo; PINTO, Marizângela Aparecida de Bor-
tolo. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, Maio/Agosto 2016.
- BECKER, G. (1968). Crime and punishment: an economic approach. **Journal of Political Economy**, v. 76,, 1968, p. 169 – 217.
- BERLATTO, Fábria (2011). A Política dos Discursos Políticos: As Duas Retóricas da Segurança Pública do Paraná. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 40, jun. 2011, p. 123-134.
- BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de; KASTRUP, Virginia; e REISHOFFER, Jefferson Cruz (2012). Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra”. **Psicologia & Sociedade**; 24 (1), 2012, 56-65.
- BIRCHAL, Fabiano Fernandes Serrano; ZAMBALDE, André Luiz; e BERMEJO, Paulo Henrique de Souza (2012). Planejamento estratégico situacional aplicado à segurança pública em Lavras (MG). **RAP** — rio de Janeiro 46(2),, mar./abr. 2012, 523-45.
- BOURDIEU, P. **Raisons pratiques**. Paris: Seuil, 1994.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 315-347.
- CANO, Ignacio . Políticas de Segurança Pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime”. **SUR - REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS**. Número 5, Ano 3, 2006, p. 136-155.
- CARVALHO, Vilobaldo Adelfido de; e SILVA, Maria do Rosário de Fátima e (2011). Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011, p. 59-67.
- EHRlich, I. (1973). Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation, **The Journal of**

Political Economy. Vol. 81, 1973, p. 521-565.

FAIAD, Cristiane; COELHO JÚNIOR, Francisco Antônio; CAETANO, Patrícia F.; ALBUQUERQUE, Anelise S. Análise Profissiográfica e Mapeamento de Competências nas Instituições de Segurança Pública. **PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO**, 2012, 32 (2), 2012, p. 388-403.

FELTRAN, Gabriel de Santis. "Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo". **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, Jan./Abr. 2010, p. 59-73.

FONSECA, Jeferson A.; PEREIRA, Luciano Z.; e GONÇALVES, Carlos A. "Retórica na construção de realidades na segurança pública: abordagens dos sistemas de Minas Gerais e São Paulo". **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 49(2), mar./abr, 2015, p. 395-422.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Ed. Vozes. Rio de Janeiro, 1987.

FREY, Klaus.. "Políticas públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil". **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, 2000, pp. 211-259.

GOLDSTEIN, H. Improving policing: a problem-oriented approach. **Crime and Delinquency**, vol. 25, April 1979, p. 236-258.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 50, 2000, p. 45-124.

LAS CASAS, Taiane. A integração regional como mecanismo para provisão de bens públicos: uma análise comparativa da agenda de segurança pública no Mercosul e na Comunidade Andina de Nações. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 58 (1), 2015, p. 23-41.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; e MINGARDI, Guaracy. Estado, polícias e segurança pública no Brasil.

Revista Direito GV | SÃO PAULO | V. 12 N. 1, JAN-ABR, 2016, p. 49-85.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline & BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 30, Número 1, Janeiro/Abril, 2015, p. 123-144.

MADEIRA, Lígia Mori e RODRIGUES, Alexandre Ben. "Novas bases para as políticas públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011". **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 49(1),3-21, jan./fev. 2015, p. 3-21.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel e PÉREZ-LIÑAN, Anibal. Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 44. Nº 4, 2001, pp. 645-687.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; e BRITO, W. Políticas públicas de segurança para a População LGBT no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(1),, janeiro-abril/2014, p. 416.

MIRAGLIA, Paula e SALLA, Fernando. O PCC e a gestão dos presídios em São Paulo. **NOVOS ESTUDOS**, n. 80, 2008, p. 21-41.

MISSE, Michel. Crime Organizado e crime comum no Rio De Janeiro: diferenças e afinidades". **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, n. 40, 2011, p. 13-25.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; e JÚNIOR, Domício Proença. Armamento é Direitos Humanos: nossos fins, os meios e seus modos. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 28 Número 1, Janeiro/Abril, 2013, p. 119-141.

NEIVA, P. Revisitando o calcanhar de aquiles metodológico das ciências sociais no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 79, 2015 p. 65-83.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da. A Militarização da Segurança Pública: Um Entrave Para a Democracia Brasileira. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 35, fev. 2010, p. 119-130.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da. "Teorias do Crime e

da Violência: Uma Revisão da Literatura". **BIB**, São Paulo, n. 77, 1º semestre de 2014 (publicada em dezembro de 2015), pp. 69-89.

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva. Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**, Edusp, São Paulo, 2002, p. 17-72.

PEREIRA-FILHO, Oliveira Alves; TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda; e SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. Medidas de custo-eficiência dos SERVIÇOS subnacionais de Segurança Pública no Brasil: 2001-2006. **Economia Aplicada**, v.14, n.3, 2008, p. 313-338.

PORTO, Maria Stela Grossi. Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, set./dez, 2009, p. 797-826.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 21, n.2.

PROENÇA JÚNIOR, Domicio. Forças Armadas para quê? Para isso. **CONTEXTO INTERNACIONAL**, vol. 33, n. 2, julho/dezembro, 2011.

RATTON, J. L., Crime, polícia e sistema de justiça no Brasil contemporâneo: uma cartografia (incompleta) dos consensos e dissensos da produção recente das ciências sociais. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 5-12.

RESENDE, João Paulo de; e ANDRADE, Mônica Viegas.

Crime Social, Castigo Social: Desigualdade de Renda e Taxas de Criminalidade nos Grandes Municípios Brasileiros. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 41, n. 1, 2011, p. 173-195.

RIBEIRO, L; TEIXEIRA, A. N., O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal. **BIB**, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 13-80.

SALLA, Fernando. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Revista Lusotopie**, Paris, v. 10, 2003, p. 419-435.

SAPORI, L. F. e SOARES, G. A. D. **Por que cresce a violência no Brasil?** Editora PUCMINAS autêntica, Belo Horizonte, 2014.

SCALCO, Paulo Roberto; AMORIM, Airton Lopes; e GOMES, Adriano P. Eficiência técnica da Polícia Militar em Minas Gerais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 22 (1), janeiro-abril, 2012, p. 165-190.

SUTHERLAND, E. H. **Principles of criminology**. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1939.

TAVARES, Gilead M. O dispositivo da criminalidade e suas estratégias. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23 – n. 1, Jan./Abr. 2011, p. 123-136.

WILSON, J. Q.; KELLING, G. **Broken windows: the police and neighborhood safety**. The Atlantic, mar. 1982. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/>>. Acesso em: 19 nov, 2015.

ZALUAR, Alba e RIBEIRO, Ana Paula Alves. Teoria da eficácia coletiva e violência. O paradoxo do subúrbio carioca. **Novos Estudos**, 2009.

